
A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INACIO, Hellen Cristina Silva Aguiar¹
NASCIMENTO, Alessandra Pereira²

Recebido em: 2015.01.31

Aprovado em: 2015.11.16

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.1435

RESUMO: Nos últimos anos, a Educação Inclusiva tem ganhado espaço no cenário das escolas brasileiras. Esse fato tem aberto a possibilidade de deficientes físicos, mentais, visuais e, principalmente, auditivos terem acesso à educação de qualidade exercendo seus direitos e deveres como cidadãos. Dessa forma, esse trabalho, de cunho qualitativo de natureza explicativa, terá como objetivo principal investigar a importância e a influência que a Língua Brasileira de Sinais exerce sobre indivíduos surdos e ouvintes, bem como as abordagens a serem adotadas pelo professor no processo de ensino e aprendizagem destes, na perspectiva da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Educação especial. Língua Brasileira de Sinais. Deficiência auditiva.

THE IMPORTANCE OF THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE IN THE PERSPECTIVE OF THE INCLUSIVE EDUCATION.

SUMMARY: In the last year, the inclusive education has gained space in Brazilian school scene. This fact has opened the possibility of physical, mental, visual and principally, hearing impaired have the access of a quality education performing their rights and dues as citizens. This way, this research will have as the principal goal to investigate the importance and the influence that the Brazilian Sign Language has on hearing individuals, as well as the used approaches by teachers in the teaching and learning process, in the perspective of inclusive education.

Keywords: Special education. Brazilian Sign Language. Hearing impaired.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem por objetivo investigar qual a importância e a influência que a Língua Brasileira de Sinais exerce sobre indivíduos surdos, e ouvintes, na perspectiva da Educação Inclusiva. Explica as origens dessa, as dificuldades apresentadas em sua aquisição e explana algumas das muitas abordagens a serem adotadas, pelo professor, no processo de ensino e aprendizagem de alunos com surdez.

Optou-se por essa temática, a fim de abordar os conceitos da Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, e acima de tudo, provar a suma importância exercida pela Língua Brasileira de Sinais (Libras) sobre indivíduos surdos. Aborda-se, também, a influência linguística envolvidas na aquisição dessa língua, bem como, os desafios enfrentados pelos professores nessa área.

Adotou-se a metodologia de pesquisa aplicada, numa abordagem qualitativa de natureza explicativa, usando recursos de pesquisa aplicada, baseada em referenciais teóricos de pesquisadores da área, tais como

¹ Professora de Língua Portuguesa e Literatura - Especialista em Educação Inclusiva e Psicopedagogia

² Professora e orientadora do curso de Pós Graduação em Educação Inclusiva da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava e intérprete de Libras.

Azeredo (2006), Bertoloti (2007), Carvalho (2007), Jesus (2008), Menezes (2006), Pereira (1990), Quadros (2003), Sacks (1998), Salles (2004), Sasaki (2004), Souza (2007).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se que a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença de valores, indissociáveis, que avança à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. [...] A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias, modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, 2008, p. 9-10)

A Educação Inclusiva atenta a sanar as necessidades daquelas pessoas que possuem algum tipo de limitação acentuada, com necessidades especiais, fazendo com que aprendam a viver e a conviver juntos, em sociedade, favorecendo o estabelecimento de uma relação de respeito, cooperação e tolerância comum. Busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de seus educandos. É uma abordagem que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Segundo Sasaki (2004, p. 07):

A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência e com ou sem outros tipos de condição atípica. A inclusão se baseia em princípios tais como: a aceitação das diferenças individuais como atributo e não como obstáculo, a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e de não ficar de fora, o igual valor das minorias em comparação com a maioria.

Rompendo com todos os paradigmas existentes até então, hoje, porém, espera-se, constantemente, que a escola seja um espaço caracterizado pela multiplicidade. Seu objetivo principal é possibilitar aos seus educandos acesso ao conhecimento, legitimar as relações sociais estabelecidas, propiciar acesso a direitos e deveres, possibilitando experiências, realidades, objetivos de vida, relações sociais, estruturas de poder, tradições históricas e culturais em suas diversas perspectivas.

Vive-se um período em que a educação escolar busca a integração e a inclusão de todos seus membros, e para tanto, a escola, bem como a sociedade, a qual esta está atrelada, vê-se na obrigação de rever seus métodos, suas práticas, e reavaliar seu projeto político-pedagógico adotando assim, a política da

educação especial na perspectiva da educação inclusiva, possibilitando espaço para o diferente ou para as minorias, sendo essa ainda pautada no paradigma da homogeneidade.

Mas, para que tais objetivos sejam alcançados, é necessário que se adote práticas pedagógicas coletivas, multifacetadas, dinâmicas e flexíveis, a fim de se obter mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família-aluno-escola.

Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva, atendendo alunos com diferentes deficiências, tais como a deficiência mental, visual, motora, e a auditiva, a qual será objeto de estudo.

A SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A surdez é a impossibilidade parcial ou total da capacidade de ouvir, é uma privação sensorial, é a ausência do sentido da audição, que interfere e prejudica a comunicação entre o indivíduo e o meio ao qual atua.

Oliver Sacks (1998) considera a surdez e o isolamento que a ausência desse sentido proporciona como: “uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações” (p. 22).

A audição no ser humano desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento e na manutenção da comunicação, especialmente por meio da linguagem falada. Nesse ínterim, a surdez, déficit auditivo, afeta o principal meio de comunicação entre as pessoas inviabilizando o acesso à língua oral-auditiva.

Deficiente auditivo é como se autodenominam muitos dos surdos, principalmente aqueles que apresentam perda auditiva de leve a moderada, que não se consideram totalmente surdos. Essa atitude resulta do processo educacional e reabilitacional a que foram submetidos, nos anos 40 e 80, época em que era dada grande ênfase ao oralismo. Entre os mais jovens, e particularmente entre aqueles que apresentam perdas auditivas severas e profundas, existe um movimento para que assumam a própria surdez. Lutam por seus direitos e buscam divulgar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), mostrando que se trata de uma língua com regras próprias, como a língua portuguesa. (JESUS, 2008)

Segundo a Série Audiologia (2002), p.19) publicada pelo Instituto de Educação de Surdos, são muitas as causas da surdez. Entre elas se encontram os fatores etiológicos que podem ocorrer no período pré-natal, classificados em: hereditário, síndrome, fator familiar, alterações endócrinas, bacterianas (sífilis), deficiências na nutrição materna, diabetes, drogas, medicamentos, toxemia gravídica (síndrome), viróticas, má formações congênitas, e anomalias crânio-faciais; Também, há as causas que podem ocorrer no período perinatal, por ocasião do nascimento da criança, como a anóxia, falta de oxigenação, prematuridade e traumas no parto; e por último, as causas ocorridas no período pós-natal ou neonatal, após o nascimento, como: drogas ototóxicas, infecções bacterianas, traumas, vírus, ruído, icterícia ou hiperbilirrubina e baixo peso.

De acordo com a visão médica, os termos surdez e deficiente auditivo, estão intimamente ligados, sendo o surdo visto como o portador de uma doença localizada, uma deficiência que precisa ser tratada. A surdez é definida como a perda parcial ou total da capacidade auditiva. A diminuição desta em diferentes graus pode ser de caráter transitório ou definitivo, estacionário ou progressivo, sendo cientificamente considerado o padrão da audição normal

quanto o seu limiar de audibilidade de até 25 Decibéis – dB em todas as frequências do espectro sonoro, frequências que abrangem o som da fala. (TV ESCOLA, 2000)

Classificação do Grau de Perdas Auditivas

Nível de Audição (500 a 2000 Hertz)	Classificação da Perda Auditiva
0 a 15 dB	Audição Normal
15 a 25 dB	Perda Auditiva Discreta
25 a 30 dB	Perda Auditiva Leve: Não tem efeito significativo desde que não progrida. Não é necessário uso de aparelho auditivo.
30 a 50 dB	Perda Auditiva Moderada: Pode interferir no desenvolvimento da fala, mas não chega a impedi que o individuo fale.
50 a 70 dB	Perda Auditiva Severa: Interfere no desenvolvimento da fala e da linguagem. É preciso o uso de aparelho auditivo.
Acima de 70 dB	Perda auditiva Profunda: A fala e a linguagem dificilmente irão ocorrer.

Fonte: Souza (2007, p.6)

Em geral, há quatro tipos de deficiência auditiva, de acordo com a localização da lesão ou alteração auditiva (SE/CENP, 1985):

- **Deficiência Auditiva Condutiva:** Qualquer interferência na transmissão do som desde o conduto auditivo externo até a cóclea. A orelha interna funciona normalmente, mas não é estimulada por vibração sonora. Pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico.
- **Deficiência Auditiva sensório-neural:** Impossibilidade de recepção do som por lesão das células ciliadas da cóclea ou do nervo auditivo. Esse tipo de deficiência auditiva é irreversível.
- **Deficiência Auditiva Mista:** Ocorre quando há uma alteração na condução do som ate o órgão terminal sensorial ou do nervo auditivo.
- **Deficiência Auditiva Central:** Manifesta-se por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações sonoras. Decorre de alterações nos mecanismos de processamento da informação sonora no sistema nervoso central.

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Em 1856, o conde Francês Ernest Huet desembarcou na capital fluminense com o alfabeto manual francês e alguns sinais. O material trazido pelo conde, que era surdo deu origem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O primeiro órgão no Brasil a desenvolver trabalhos com surdos e mudos surgiu em 1857. Foi do então Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro, hoje Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES), que saíram os principais divulgadores da Libras. A iconografia dos sinais ou seja, a criação dos símbolos só foi apresentada em 1873, pelo aluno surdo Flausino José da Gama. Ela é a mistura da Língua de Sinais francesa com a Língua de Sinais brasileira antiga, já usada pelos surdos das várias regiões do Brasil (MENEZES; SANTOS, 2006. p.35)

No passado, os surdos eram considerados incapazes de ser ensinados, por isso eles não frequentavam as escolas. As pessoas surdas, principalmente as que não falavam, eram excluídas da sociedade, sendo proibidas de casar, possuir ou herdar bens e viver como as demais pessoas. Assim, privadas de seus direitos básicos, ficavam com a própria sobrevivência comprometida.

Sabe-se que os surdos tiveram, historicamente, sua identidade estigmatizada e se sentiram desvalorizados pela sociedade ouvinte, que não aceitava a língua de sinais e a considerada apenas mímica e gesto.

A Libras não é a simples gestualização da língua portuguesa, e sim uma língua à parte, composta por níveis linguísticos como: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, permitindo assim, aos deficientes auditivos, o desenvolvimento linguístico, social e intelectual, bem como, o conhecimento cultural-científico, além de possibilitar o favorecimento do processo de integração ao grupo que pertencem.

Assim sendo, a Língua Brasileira de Sinais – Libras - se caracteriza sendo uma língua propriamente gestual, com toda sua estrutura, usada pela maioria dos surdos brasileiros e reconhecida pela Lei regular do país, sendo derivada tanto de uma língua de sinais autóctone quanto da língua gestual francesa.

Segundo Azeredo (2006) a Língua Brasileira de Sinais é um sistema linguístico legítimo, natural, empregado na modalidade gestual-visual e com estrutura gramatical independente da Língua portuguesa falada no Brasil.

Para se comunicar em Libras, não basta apenas conhecer os sinais (itens lexicais da língua) que surgem da combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação, os quais, juntos compõem as unidades básicas dessa língua, mas também, é necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação, afastando-a, assim da língua oral-auditiva; fator qual, se mostra comprometedor no processo de aquisição da mesma, tornando uma tarefa árdua para alguns.

Um fator que se sobressai no contraste entre as modalidades visuo-espacial e oral-auditiva é a questão da arbitrariedade do signo linguístico. Esse conceito estabelece que na constituição do signo linguístico, a relação entre o significante (imagem acústica/fônica) e o significado é arbitrária, não existe nada na forma do significante que seja motivado pelas propriedades das substâncias do conteúdo (significado). Uma característica das línguas de sinais é que, diferentemente das línguas orais, muitos sinais tem forte motivação icônica. Não é difícil supor que esse contraste se explique pela natureza do canal perceptual, na modalidade visuo-espacial, a articulação das unidades da substância gestual (significante) permite a representação icônica de traços semânticos dos referentes (significado) o que explica que muitos sinais reproduzem imagem do referente ; na modalidade oral-auditiva, a articulação das unidades da substância sonora (significante) produz sequências que em nada evocam os traços semânticos do referente (significado), o que explica o caráter imotivado ou arbitrário do signo linguístico nas línguas orais.[...] De fato, não surpreende que mecanismos simultâneos sejam produtivos nas línguas de sinais, diferentemente das línguas orais, em que os mecanismos são primordialmente sequenciais. No entanto, a codificação da atitude do falante em relação ao que esta sendo descrito, em particular a distinção entre os tipos frasais ilustra uma situação em que a simultaneidade se manifesta em ambas as modalidades. Em língua de sinais são utilizadas marcas não manuais, como expresso esfisionômicas, e movimentos de pescoço em sincronia com o movimento manual [...] Os sinais, em Libras, normalmente, não expressam o significado completo do discurso. Este significado é determinado por aspectos que envolvem interação dos elementos expressivos da linguagem. [...] sendo assim, os surdos utilizam a expressão facial e corporal para omitir, enfatizar, negar, afirmar, questionar, salientar, desconfiar e assim por diante. A Libras, abre novos horizontes para o entendimento das línguas naturais e da cognição humana, além de propiciar

o desenvolvimento de tecnologias que possam contribuir para a socialização do surdo e afirmação de seus valores culturais (SALLES et al., 2004, p.84)

É interessante notar que a Libras se apresenta como um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Como em qualquer língua, também na Libras existem diferenças regionais. Portanto, deve-se ter atenção às suas variações em cada unidade federativa do Brasil.

Quadros (2006) deixa clara a importância dessa língua para os surdos em todos os sentidos, derrubando a ideia de que se trata de uma língua limitada e destacando o quanto a língua contribui para a formação da identidade surda – “existe uma relação de poder instituída entre as línguas que reforça a dicotomia língua de sinais e língua portuguesa” – a língua de sinais é vista como o primeiro elemento, ou seja, o mais importante.

A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS E AS POSSÍVEIS ABORDAGENS A SEREM ADOTADAS POR PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Segundo a Lei 9394/96 entende-se por Educação Especial toda modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para o educando portadores de necessidades especiais. Esta lei visa à oferta de serviços de apoio e atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, assegurando currículos, métodos, técnicas, recursos, organização e terminalidade específica a esses alunos, bem como, professores capacitados.

Segundo Pereira (1990) o conceito de inclusão é um dos resultados essenciais do princípio de normalização. A integração do aluno é o processo. A inclusão é parte fundamental de todo o processo educacional, indo além de colocar ou manter portadores de necessidades especiais em classes regulares.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento dos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001. p.12).

No que diz respeito à Educação Especial e Inclusiva, o objetivo principal da escola é fornecer o ensino e a aprendizagem dos alunos, sendo essa tarefa a cargo da atividade docente. Para tanto, é necessário que haja uma estrutura, uma organização social, a fim de favorecer o trabalho do professor como mediador do conhecimento.

Conforme a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) a efetivação de um sistema educacional inclusivo precisa acolher indivíduos atendendo a todas as suas necessidades independentemente de quais sejam elas.

A construção de escolas inclusivas fundamenta-se nas mudanças de percepções, incluindo políticas públicas que promovam a inclusão, currículos amplos e flexíveis, e mudanças nas práticas educacionais; fatores quais funcionam interligados, o que faz da escola além de um espaço para transmissão da cultura e socialização, um espaço para construção da identidade pessoal.

De acordo com Souza (2007), no Brasil, a constituição Federal de 1988 garante o atendimento educacional especializado, sendo que o mesmo seja realizado de preferência na rede regular de ensino, com recursos humanos capacitados, materiais e equipamentos públicos adequados em escola próxima à sua residência.

A Lei de Diretrizes e Bases reconhece a importância de docentes qualificados como requisito prévio para a inclusão ao citar em seu artigo 59 que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais [...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996)

Com a oferta e a garantia de direito à educação regular para todos os portadores de necessidades especiais, a propagação da ideia de inclusão e integração e o aprimoramento das próteses otofônicas, houve um aumento significativo nas matrículas de alunos surdos em escolas regulares.

A educação de qualidade para alunos portadores de alguma deficiência inclui investimento em professores habilitados e capacitados, envolvendo dois tipos de formação profissional docente, sendo a primeira de professores que possuem o mínimo de conhecimento e prática sobre o aluno com necessidade especial, e professores especialistas nas diferentes necessidades educativas especiais que estes apresentam.

Para a formação adequada desses, é necessário que haja investimento adequado, habilitação concreta e acima de tudo, mudança de valores e conceitos tradicionais, os quais devendo ser substituídos por paradigmas inovadores de uma sociedade mais igualitária, onde todos possam ter acesso a direitos e deveres de uma forma abrangente.

Em vista disso, é extremamente necessário que haja inovação nas grades curriculares de cursos em educação, formando profissionais com habilitação em LIBRAS, pois esta língua se mostra uma grande facilitadora na interação professor-aluno, em um meio de aprendizagem.

Reconhece-se que a aquisição de um novo idioma é algo que exige esforço, mas é um fator fundamental para o desenvolvimento de um profissional interessado e capacitado para lidar com as necessidades latentes de seus alunos surdos.

Percebe-se que o sistema regular de ensino brasileiro, ainda é um tanto quanto desprovido de recursos para lidar com a efetiva inclusão e integração de alunos com diferentes necessidades especiais de aprendizagem. Entretanto, Bertoloti (2007) afirma que a educação especial tem se demonstrado como um método excepcional favorecendo o processo de inclusão social dos cidadãos revelando as dificuldades de diversos fatores sejam familiares, institucionais e socioculturais. Para isso, é primordial que haja esforço de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem de aluno portador de necessidade especial.

Pautado nesses pensamentos, a escola necessita desenvolver, implementar, e adotar procedimentos e ações para o processo de aprendizagem do surdo, tais como algumas filosofias educacionais próprias da área.

As filosofias educacionais para surdos são correntes que trazem formas apropriadas de viabilidade do ensino às pessoas surdas considerando a identidade, a limitação e o desejo de cada um, bem como a prática pedagógica a ser adotada.

Há aqueles surdos que adotam o oralismo o qual visa à integração do surdo na comunidade de ouvintes, fazendo uso de aparelhos otofônicos, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral. Esses consideram a língua de sinais uma ameaça, sendo prejudicial ao aprendizado da língua oral.

Há também aqueles que adotam a comunicação total tendo como principal preocupação a comunicação efetiva, então fazem uso da língua de sinais, da linguagem oral ou códigos manuais. Essa filosofia valoriza a pessoa como um sujeito social atuante, bem como a sua família.

E por fim, há aqueles que adotam o bilinguismo que defende o fato de o surdo adquirir como língua materna a língua de sinais, e como segunda língua, a língua pátria.

Independentemente de qual identidade adotada pelo indivíduo surdo, é necessário que a escola inclusiva se adapte as suas necessidades, e muitas vezes, a Língua de Sinais Brasileira é o meio mais eficiente e eficaz para isso.

Conforme Lacerda; Lodi (2007), a educação dos surdos deve, primeiramente, dar prioridade ao desenvolvimento da língua de sinais através do contato das crianças com adultos surdos usuários desta língua e participantes ativos do processo de seus pares e, a partir dessa língua, devem ser expostos ao ensino da escrita da língua portuguesa. Prova contrária disso, é que a maioria dos deficientes auditivos convive com problemas no processo de alfabetização da língua portuguesa, uma vez que esta é ensinada com base na oralidade, situação que não favorece o aprendizado de alunos surdos.

Em muitos casos, é favorável a utilização de dois sistemas distintos de linguagem, o bilinguismo.

O bilinguismo é o uso de dois ou mais sistemas distintos da linguagem pela mesma pessoa, consiste em uma proposta de ensino acessível a criança surda e ouvinte, duas línguas no contexto escolar, fazendo parte da proposta pedagógica, e em que profissionais através da LIBRAS possam melhorar o ensino-aprendizagem do aluno surdo. O bilinguismo é considerado algo mais do que o simples uso de duas línguas. É uma perspectiva educacional que está ligada a mudanças do sistema educacional. A educação bilíngue consiste na aquisição da Língua de Sinais como língua materna e Língua Portuguesa como uma segunda língua. (BERTOLOTTI, 2007).

Primeiramente, é necessário que sejam identificadas as barreiras pedagógicas que comprometem a aprendizagem do aluno surdo o que implica em:

[...] conhecer as características do aprendiz (o que não deve ser confundido com diagnóstico) bem como as características do contexto no qual o processo ensino-aprendizagem ocorre e, principalmente, analisar as atitudes dos professores frente ao seu papel que é político e pedagógico. (CARVALHO, 2007. p. 63)

O trabalho pedagógico com alunos surdos é permeado por práticas pedagógicas diferenciadas. Além de proporcionar um ambiente bilíngue, é imprescindível a realização do atendimento educacional especializado em período diverso as aulas regulares, em salas de recursos, que contam com a presença de um professor intérprete e um instrutor surdo, favorecendo o conhecimento, aquisição e domínio das línguas, natural e materna.

É necessário que, tanto o professor da sala regular, quanto o da sala de recursos compreendam e compactuem com os valores existentes no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, dominando, entendendo e adotando a Língua de Sinais, como facilitadora da inclusão e interação da tríade professor-aluno-conteúdo. É importante que se entenda, principalmente, no processo de alfabetização, que a criança surda não tem conhecimento prévio baseado na cultura oral, não estabelece relação entre letra e som, e suas percepções ocorrem em suas propriedades visuais. Então, é fundamental que o professor respeite suas limitações e com tato e paciência adote práticas e estratégias pedagógicas que satisfaça as necessidades destes alunos.

Segundo Quadros (2006) são inúmeros os recursos didáticos disponíveis que podem ser utilizados na educação de surdos. Entre eles, estão: fichários, dicionários de Libras, caixa de figuras, palavras, e números, histórias em sequência, calendários, diário coletivo, mural, portadores de texto, bibliotecas, vídeos, materiais online distribuídos por órgãos específicos, livros diversos, dentre outros.

Lembrando-se de que o surdo é visual, para se obter uma boa comunicação, o contato visual deve ser claro e apropriado. Ao falar com um surdo deve-se falar de frente, usar frases curtas, um tom de voz normal, articulando bem as palavras, sendo expressivo, demonstrando sentimentos, não cutucando, batendo, ou coisas semelhantes. Ao mudar de assunto, avisá-lo, pois os sinais se constituem dentro de um contexto.

Outra medida fundamental a ser adotada ao receber alunos com deficiência auditiva, é ter um educador auxiliar, intérprete ou interlocutor, tanto dentro de sala, como em sala de recursos, em contra turno, bem como, dentro do possível, a diminuição do número de alunos por sala. É fundamental também, que se estabeleçam trocas de informações diárias entre professores de sala regular e de recursos e gestores e buscando soluções conjuntas para os diversos problemas enfrentados.

A participação dos pais também é crucial nesse processo. Segundo Quadros (2002-2003), a deficiência não é um problema da pessoa que a tem, mas sim de quem a vê. A problemática que envolve esses indivíduos está profundamente relacionada com o preconceito e a aceitação dessa condição. E neste contexto, a importância da família como cooperadora para o processo do desenvolvimento do surdo, no sentido de garantir ao surdo um futuro de independência, autonomia, autoestima e participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando essas informações, percebe-se que a Educação Inclusiva tem ganhado cada vez mais espaço no cenário escolar brasileiro, atendendo as necessidades especiais de seus educandos, principalmente de alunos surdos, os quais se utilizam da Língua Brasileira de Sinais para sua efetiva comunicação.

A linguagem é o meio principal que o homem utiliza para exercer a sua função de sujeito social enquanto indivíduo atuante em seu meio. Com o surdo não é diferente, pois este tem utilizado, com cada vez mais aceitação e frequência, a Língua Brasileira de Sinais, a qual permite e facilita seu desenvolvimento linguístico, social, e intelectual favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como, a integração no grupo social ao qual pertence.

Considerou-se neste trabalho que é necessário superar grandes entraves para que a inclusão de alunos surdos seja completamente efetivada. Mas, salientou-se que esse processo é possível que aconteça, desde que haja a capacitação adequada de profissionais competentes e realmente interessados e dispostos em fazer realidade esses pensamentos.

Pode-se concluir que a maioria dos deficientes auditivos convive com problemas no processo de alfabetização, devido ao fato de que a Língua Portuguesa é aplicada sem que a maioria dos surdos tenha tido acesso a Língua Brasileira de Sinais. Deve-se, portanto adotar o conceito de que é muito mais eficaz que o aluno seja educado em sua primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais, a qual deve ser encarada como facilitadora no processo comunicativo, para posteriormente, ser introduzida a Língua Portuguesa, como segunda língua, para a escrita.

Ressaltou que é preciso que haja adaptações dos conceitos tradicionais do magistério, flexibilidade do currículo, adoção de métodos, recursos e práticas pedagógicas específicas para que a formação desses sujeitos seja adequada a fim de que esses exerçam sua função social, e desenvolvam estrutura para serem inseridos efetivamente em nossa sociedade, tornando realidade todos os pressupostos estudados.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, E. **Língua Brasileira de Sinais: uma conquista histórica**. Brasília: Ática, 2006.

BERTOLOTI, R.T. **Libras como possibilidade e alternativa para o ensino da Língua Portuguesa para o aluno surdo**. Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007.

BERTOLOTI, R.T. **Cadernos TV Escola: deficiência auditiva**. n. 1/2000. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 22 jul. 2013.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação, n° 1, v. 4, 2008.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação, n° 2, v. 3, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Ed. rev. Rio de Janeiro: INES, 2002. (Série Audiologia).

JESUS, H. W. de. **Língua Brasileira de Sinais dentro de um contexto social: mãos que expressam**. Mato Grosso, 24 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/evc/index.php?mat=1877>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

LACERDA, G.B.F; LODI, A. C. B. **A difícil tarefa de promover uma Inclusão Escolar bilíngue para alunos surdos**. UNIMEP. GT: Educação Especial/ n°15. Disponível em > <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/gt15-2962-int.pdf>> Acesso em 14/10/2012

MENEZES, E.T; SANTOS, T.H. **Libras: Língua Brasileira de Sinais (Verbete)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. São Paulo: Midiamix, 2006.

PEREIRA, O. S. **Educação Integrada: somos todos responsáveis**. Brasília: MEC/SEESP, 1990.

QUADROS, R. M. **Situando as diferenças implicadas na Educação de Surdos: inclusão/exclusão.** In Revista Ponto de Vista, UFSC. N.º 4. 2002-2003.

_____, R. M. de. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** Trad. Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, M.H.M.L *et al.* **Ensino da Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica.** 2ºed. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SASSAKI, R. K. **As escolas inclusivas na opinião mundial.** Disponível em: <
<http://www.entreamigos.com.br/textos/educa/edu1.htm>, 2004, p. 7>. 26 jul 2013.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, **O Que Você Sabe Sobre Deficiência Auditiva; Guia de Orientação aos Pais,** São Paulo, SE/CENP, 1985.

SOUZA, M. **Aspectos Práticos da Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Auditiva na Cidade de Belo Horizonte.** Belo Horizonte 2007. 38fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fonoaudiologia). UFMG.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Corde, 1994.

